_ SEG_ Fernando Gabeira _ Demétrio Magnoli (quinzenal) _ Miguel de Almeida (quinzenal) _ Eliu Lyra (quinzenal) _ Inaçuã Santana (quinzenal) _ Washington Olivetto (quinzenal)
_ TER_ Merval Pereira _ Carlos Andreazza _ QUA_ Vera Magalhães _ Elio Gaspari _ Bernardo Mello Franco _ Roberto Saviano (quinzenal) _ QUI_ Merval Pereira _ Nati Gaspar
_ SEX_ Vera Magalhães _ Fábio Oliveira _ Pedro Doria _ Bernardo Mello Franco _ SÁB_ Carlos Alberto Sardenberg _ Eduardo Affonso _ Paulo Cristóvão _ DOM_ Merval Pereira _ Dorrit Harazim _ Bernardo Mello Franco

DORRIT HARAZIM

blogs.oglobo.globo.com/opiniao
editoria.oriagos@oglobo.com.br

Os errantes

Muros são a representação física mais simplória de mundos que se querem isolados. Em toda a Europa de 1989, ano da queda do Muro de Berlim, existiam apenas quatro demarcações de fronteiras semelhantes no Velho Continente. No início do milênio, outras 30 haviam sido erguidas, todas destinadas a barrar não mais o específico inimigo armado de antanho, e sim um animal genérico, desprovido de retaguarda e futuro: o ser humano errante. Ele é danado, esse migrante, apátrida, exilado, expatriado, deslocado ou expelido pela força. Ele teima em buscar um chão, em alguma parte, a qualquer risco. Antes, porém, com igual tenacidade, terá se agarrado ao pedaço de teto que sempre chamou de seu. Assim tem caminhado a humanidade. Dois episódios ocorridos na semana passada fazem parte desse caldeirão.

Na quarta-feira, o primeiro-ministro do Reino Unido, Rishi Sunak, conseguiu aprovação para transformar em lei uma promessa de campanha nascida da cabeça platinada de Boris Johnson, seu desastroso antecessor. Trata-se de desestimular o afluxo de embarcações irregulares que cruzam o Canal da Mancha todos os anos, abarrotadas de migrantes em busca de asilo, deportando-os para Ruanda, país africano sem saída para o mar. Ali, a 6.500 quilômetros de Westminster, aguardariam o resultado de seu pedido de asilo.

Segundo dados do Observatório de Migração da Universidade de Oxford, 45.755 refugiados conseguiram chegar à costa britânica em 2022 pelas águas traiçoeiras da Mancha, em pequenos barcos, enquanto o total de imigrados irregulares chegou a 670 mil. Seria, portanto, uma medida irrisória, além de sua essência desumanizante e colonialista. Ela ainda precisará do aval da Câmara dos Lordes, que não demonstra o menor apetite para tratar do tema. O próprio Partido Conservador de Sunak ficou rachado, com alguns parlamentares exigindo medidas mais radicais enquanto outros apontavam para a inexequibilidade da operação.

Uma primeira tentativa de deportação para Ruanda, com Boris Johnson ainda em Downing Street, fora abortada judicialmente na 25ª hora, quando as turbinas do avião que levaria a carga humana rumo a Kigali já estavam ligadas. À época, o governo britânico havia feito um adiantamento de 240 milhões de libras esterlinas (o equivalente a R$ 1,5 bilhão) aos cofres do presidente Paul Kagame, para cobrir o custeio dos deportados. Em Davos, Kagame reclamou da lentidão da operação e não falou em ressarcir de imediato os cofres de Sua Majestade. Entrementes, as 4 mil pessoas listadas para compor o pelotão inicial e aguardar, em Ruanda, autorização de asilo no Reino Unido simplesmente sumiram do radar do *home office*. São errantes escaldados por desesperança múltipla acumulada ao longo de suas muitas travessias.

Na quinta-feira, foi a vez de o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, remoer com bota a ferida mais exposta do Oriente Médio desde o final da Segunda Guerra Mundial. Em entrevista tensa concedida na base militar de Kirya, em Tel Aviv, ele rejeitou a perspectiva da criação de um futuro Estado Palestino independente e soberano. Nem ontem, nem hoje, nem amanhã. Nem mesmo se conseguir erradicar de Gaza o terrorismo do Hamas, responsável pelos atos de barbárie e desumanidade praticados em 7 de outubro contra civis israelenses. A mensagem de Bibi foi clara, mesmo sob pressão dos Estados Unidos e de movimentos democráticos em seu próprio país: todas as terras palestinas continuarão sob ocupação do Estado judeu.

E o que sobrar da população civil de Gaza, encurralada num pedaço reduzido do enclave onde persiste a teimosia humana de sobreviver? Netanyahu não disse, mas vozes do primeiro escalão de seu governo falaram por ele: que saiam de Gaza, larguem o chão onde nasceram, procurem outro lugar como tantos outros obrigados a se tornar errantes antes deles.

Consta dos arquivos do Estado de Israel uma minuta datada de 55 anos atrás, que autorizava o governo a transferir 60 mil palestinos de Gaza ao Paraguai:

—Decisão Shin.Taf/24 do Comitê Ministerial para a Administração de Territórios, 29 de maio de 1969. Imigração Árabe. Aprovada a sugestão do Mossad para a emigração de 60 mil árabes dos territórios administrados de acordo com os seguintes termos (...).

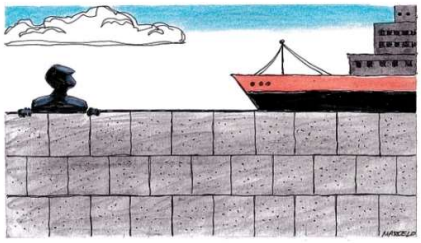
Os quatro itens listados no documento estabeleciam a responsabilidade de Israel com as despesas de viagem de cada emigrado, a alocação de US$ 100 para cobrir seus custos iniciais de instalação, o pagamento de US$ 33 por palestino ao governo do Paraguai e o desembolso imediato de US$ 350 mil para a operação com os 10 mil primeiros selecionados. Levi Eshkol, o primeiro-ministro daqueles tempos expansionistas que se seguiram à Guerra dos Seis Dias, não poderia ter sido mais claro:

—Quero que todos vão embora, nem que seja para a Lua.

Foi um experimento que deu terrivelmente errado. O Paraguai, nos confins da América do Sul, então comandado pelo ditador Alfredo Stroessner, tinha ainda menos a ver com a alma palestina que Ruanda tem a ver com um refugiado da Síria. Quem primeiro revelou a operação foi o jornalista israelense Yossi Melman, em 1988. Ele havia atuado nos serviços de Inteligência de seu país. E quem se aprofundou no tema mais recentemente foi a antropóloga americana de origem palestina Hadeel Assali. Em artigo para a London Review of Books de 10 de maio de 2023, ela mergulha na memória de um tio natural de Gaza, ainda vivo. Rapazote em 1969, Mahmoud embarcara com um *laissez-passer* fornecido pela ONU para, segundo os ocupantes israelenses, trabalhar um ou dois anos no Brasil. Depois poderia retornar a Gaza. Era embuste, nem sequer viu a cor do Brasil.

Errantes sempre houve e haverá. Cabe a nós não esquecê-los.

Ele é danado, esse migrante, apátrida, exilado, expatriado, deslocado, expelido à força. Teima em buscar um chão



ARTIGO

Manutenção contra tragédias

PAULO CANEDO E
JERSON KELMAN

Quando há mortes, sofrimento e destruição de propriedades, como aconteceu na Baixada Fluminense recentemente por efeito das fortes chuvas, o governador se pronuncia, e ministros vêm de Brasília para sobrevoar a área atingida. Há anúncios de que serão feitos investimentos para evitar futuras calamidades. Como se o que faltasse fosse apenas dinheiro. Não é. O que falta mesmo é planejamento para que as obras sejam eficazes e, mais que tudo, que o poder público realize o trabalho pouco percebido de manter em bom estado operacional a infraestrutura já construída por governos passados.

A Baixada foi palco, nas últimas décadas, de urbanização caótica, que resultou na ocupação de áreas de risco, particularmente as margens dos rios, impossibilitando a construção de avenidas marginais, essenciais para a manutenção dos cursos de água. Problema seriamente agravado pelo assoreamento resultante do desmatamento das encostas, pelo lixo não recolhido pelas administrações municipais e pelo aumento do pico da vazão causado pela impermeabilização do solo.

Com o passar dos anos, o adensamento urbano fez com que tempestades de verão que no passado causavam danos menores passassem a provocar enchentes cada vez mais devastadoras. A de fevereiro de 1988 causou tamanha destruição que o governo do estado decidiu, com apoio do Banco Mundial, criar um programa de reestruturação da infraestrutura urbana das áreas afetadas, com ênfase na macrodrenagem.

Depois de planejamento cuidadoso, as obras começaram em 1993. Custaram US$ 130 milhões em valores da época, o equivalente a R$ 1,3 bilhão hoje. Parte do investimento foi usada para refazer obras mal concebidas por administrações municipais, como pontes que estrangulavam o escoamento dos rios.

Conservar a infraestrutura já construída por governos passados ajuda a evitar calamidades como a da Baixada

Por algum tempo, essas obras livraram a Baixada das inundações e contribuíram para reverter a tendência de empobrecimento crônico da região. Em 1996, uma precipitação de grande intensidade caiu sobre toda a Região Metropolitana, causando devastação em Jacarepaguá, Zona Oeste do Rio, mas não na Baixada, que havia sido contemplada com obras de contenção de enchentes.

Para manter esse bom desempenho, porém, seria necessário que a administração pública contasse com uma instituição com capacidade técnica e econômica para implementar o plano de controle de inundações preparado pela Coppe-UFRJ, abrangendo diversos municípios, que contempla: manutenção da infraestrutura recém-construída, construção de novas instalações, criação de áreas não edificantes contíguas aos rios para armazenamento dos extravasamentos e coleta e destinação adequada do lixo, para evitar o entupimento das vias drenantes.

Com o passar dos anos, exceto entre 2007 e 2013, faltou capacidade institucional para executar o plano, e a Baixada voltou a sofrer a falta de infraestrutura funcional de combate às cheias. E assim chegamos à situação atual, em que a região é altamente vulnerável a eventos extremos.

Não se trata de afirmar que no recente evento o extravasamento dos rios poderia ter sido evitado. Há que reconhecer que a chuva foi realmente muito volumosa — quase 230mm sobre quase toda a Bacia do Rio Iguaçu, ao longo de 15 horas. O ponto aqui é que não adianta prometer milhões de reais para a construção de novas obras, que até poderão ser iniciadas, mas provavelmente ficarão inconclusas ou inoperantes por falta de manutenção. Como ficaram as estruturas anteriormente implantadas.

Obras complementares incluídas num planejamento bem executado são necessárias. Seria mais sensato, porém, colocar imediatamente em funcionamento as que já foram concluídas, mas estão inoperantes por falta de manutenção.

Paulo Canedo e **Jerson Kelman**, engenheiros, foram professores da Coppe-UFRJ e dirigentes da Serla, extinto órgão da administração do Governo do Estado do Rio responsável pelo controle de cheias

ARTIGO

A matemática do sucesso na China

CLAUDIO
LANDIM

Passei, recentemente, um mês na Universidade de Pequim, conhecida como Beida. Cheguei com conhecimentos rudimentares da cultura chinesa e voltei encantado com a hospitalidade e a extroversão do povo e com o nível acadêmico dos alunos.

Concursos públicos para selecionar os funcionários do Império foram criados há mais de 2 mil anos, durante a dinastia Han (206 a.C. a 200 d.C.) para associar à administração estudiosos bem formados. De modo que a ascensão social por mérito existe na China há 2 mil anos e se reflete atualmente na importância dada à formação acadêmica em todos os estratos da população. Por isso a Universidade de Pequim se vê invadida, nos fins de semana, por famílias procurando despertar nos filhos o desejo de estudar lá.

O valor dado à formação universitária se reflete também no ótimo desempenho acadêmico dos alunos chineses. A China ocupa sistematicamente o primeiro lugar na Olimpíada Internacional de Matemática. Sempre imaginei que a equipe fosse treinada intensivamente ao longo do ano, como ocorre em vários países. Mas a razão do sucesso é outra. A Universidade de Pequim admite, sem outra exigência, os 60 primeiros colocados da Olimpíada Chinesa de Matemática.

Para garantir um bom resultado nos processos seletivos, vários colégios contratam especialistas para treinar seus alunos. De modo que o desempenho do país na Olimpíada Internacional de Matemática decorre de um esforço descentralizado que não tem a competição por objetivo.

O valor dado à formação universitária se reflete também no ótimo desempenho acadêmico dos alunos chineses

Essa produção de excelentes alunos tem tido vários outros efeitos. Durante meu doutorado na França, no fim dos anos 1980, sempre encontrava o departamento às moscas no fim de semana. Mais tarde, em Nova York, ao deixar meu escritório no sábado ou domingo à noite, passava pelos laboratórios de informática repletos de alunos chineses. E, se há 20 anos quase não se encontravam sobrenomes chineses nos artigos de matemática publicados nas principais revistas da área, hoje eles já respondem por uma importante fração.

No início deste século, a China decidiu investir em pesquisa. A parcela do PIB dedicada à ciência passou de 0,8%, em 2000, a mais de 2,5%, em 2023 — há anos a comunidade científica brasileira defende, sem sucesso, que chegue a 2% do PIB, mas hoje está em 1%. Em 2000, o investimento da China em ciência e tecnologia respondia por menos de 5% do montante global. Em 2023, passou a representar 22%, ou mais de um quinto. Nesse mesmo período, a participação dos Estados Unidos caiu de 37% para 27%.

As boas universidades chinesas passaram a pagar salários similares aos das melhores americanas. Se no passado bons alunos chineses formados nos Estados Unidos não retornavam ao país, nos últimos anos o fluxo se inverteu. Pelas mesmas razões, professores chineses de boas universidades americanas e europeias têm aceitado ofertas no país natal. De modo que, se hoje a produção em matemática da China ainda não se compara à do mundo ocidental, não tenho dúvida de que em 20 anos estará à frente.

Claudio Landim, pesquisador do Instituto de Matemática Pura e Aplicada, é membro da Academia Brasileira de Ciências e coordenador nacional da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas

N. da R.: Bernardo Mello Franco voltará a escrever no dia 24 de janeiro